



## RELAÇÕES DE PODER E VEICULAÇÕES ANTICOMUNISTAS: ANÁLISES COMPARATIVAS ENTRE PRODUÇÕES TEXTUAIS E IMAGÉTICAS (DÉCADAS DE 1950-1960 / 2010)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3628

Yuri Araújo Carvalho, UNIOESTE  
Rodrigo Ribeiro Paziani, UNIOESTE

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir a questão do anticomunismo difundido por distintos meios e veículos de comunicação, por meio de análises comparativas entre peças veiculadas nos anos 1950-1960 e produções mais recentes, divulgadas ao longo da década de 2010. Procuramos observar as continuidades existentes em tais construções, tanto textuais (colunas de opinião, editoriais, notícias) quanto imagéticas (charges e fotos), concentrando-nos em similaridades temáticas, discursivas e iconográficas, concatenadas, contudo, às características e condições de produção contextual (de um lado, temores causados pelos desdobramentos da Guerra Fria e pelo golpe de 1964; de outro, reverberações da crise econômica internacional e polarizações políticas no Brasil). As fontes que dizem respeito às décadas de 1950 e 1960 são provenientes de edições dos jornais *A Cidade*, *Diário da Manhã*, *A Tarde* e *Diário de Notícias*, veiculados na cidade de Ribeirão Preto/SP (as quais traziam, além de conteúdos próprios, excertos oriundos de instituições propagandísticas, como a USIS), ao passo que as fontes que dizem respeito à década de 2010 são procedentes de domínios existentes na Internet (como as páginas de grandes veículos de imprensa e outras organizações classistas). A abordagem teórico-metodológica dos objetos alinha-se aos referenciais marxistas propostos por Antônio Gramsci, especialmente a concepção de imprensa enquanto relevante “aparelho privado de hegemonia”, articulando-se, também, a outros procedimentos metodológicos para análise de fontes discursivas e imagéticas.

### Palavras Chave:

Anticomunismo;  
imprensa; Poder e  
Hegemonia.

Este texto objetiva, por meio de um exercício crítico e analítico, compreender como algumas construções textuais e imagéticas mais recentes, imbuídas pelo princípio do anticomunismo, manifestam-se, implícita ou explicitamente, enquanto constituidoras de uma “ponte” entre passado e presente, ou seja, de semelhanças com elaborações pertencentes a uma temporalidade mais recuada.

Pretendemos demonstrar que as aparentes efemérides possuem, na verdade, raízes históricas mais profundas, e que as estratégias anticomunistas do presente possuem uma relação com as estratégias anticomunistas do passado (embora compreendamos que tal análise comparativa seja insuficiente para elucidar as mediações para a constituição de cada um dos discursos ou imagens selecionadas, que obedecem a princípios específicos de sua própria historicidade). Estruturaremos o texto em tópicos específicos, mas também comunicantes entre si: compreensão do anticomunismo no Brasil, elucidação do conceito gramsciano concernente aos “aparelhos privados de hegemonia” e análise das fontes selecionadas (comparação entre textos de 1952 e 2017, e entre charges de 1961 e 2015).

O anticomunismo, de acordo com a definição vocabular desenvolvida por Luciano Bonet no *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, não deve ser compreendido como a mera e direta “oposição à ideologia e aos objetivos comunistas” (BOBBIO et al, 1998, p. 34). Após a Revolução de Outubro de 1917, o comunismo deixou de ser, na cena mundial, um movimento organizado e difuso, e passou a representar uma alternativa concreta em relação às formações políticas e regimes mais tradicionais de até então, assumindo “valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios,

contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional” (IDEM).

Ao analisar as manifestações anticomunistas no Brasil, entre os anos de 1917 e 1964, Rodrigo Patto Sá Motta mostra-nos que é possível conceber a existência de variados “anticomunismos”, ao invés de apenas uma única matriz rígida e uniforme, visto que o anticomunismo é, “antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade” (MOTTA, 2002, p. 15). Há três principais matrizes responsáveis pela difusão das construções anticomunistas no país: cristianismo (mais precisamente o catolicismo), o nacionalismo e o liberalismo. Embora os argumentos existentes provenham de tradições distintas de pensamento, tal divisão não determina “uma separação rígida, pois no processo social concreto as elaborações podem aparecer combinadas” (IBIDEM, pp. 17-18).

De acordo com Carla Silva, o anticomunismo, enquanto processo de construção da imagem do “outro”, baseia-se no esforço em configurar o comunismo como “inimigo social, o que acaba em diversos momentos históricos reforçando a coesão dos mais diferentes setores das elites políticas e sociais, unidos para combater o ‘inimigo de toda a sociedade ocidental’” (SILVA, 2001, p. 13). Para Carla Rodeghero o anticomunismo é uma construção imaginária, apresentando operações no campo “das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade” por meio de um conjunto de atividades desenvolvidas por variados grupos e classes, como “produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no legislativo, etc”. (RODEGHERO, 2002, p. 21). Fato é que, ao longo do tempo, os adversários do comunismo tiveram como

relevante vantagem estratégica o controle sobre os principais veículos de comunicação, de modo a difundirem, com maior contundência e constância, construções unilaterais acerca dos diferentes significados do “comunismo” (MARIANI, 1996).

Assim, ao direcionarmos esforços para a análise das manifestações anticomunistas irradiadas por meios e veículos de comunicação (majoritariamente, jornais impressos ou páginas disponíveis *online*), tomamos por princípio elucidar algumas das possibilidades analíticas representadas por tais fontes, adotando, em grande medida, o arcabouço teórico-metodológico oriundo dos escritos de Antonio Gramsci, especialmente a noção de “aparelho privado de hegemonia”. Para tanto, partamos da seguinte premissa:

É possível, por enquanto, estabelecer dois grandes “planos” superestruturais, o que se pode chamar de “sociedade civil”, ou seja, do conjunto de organismos vulgarmente chamados “privados”, e o da “sociedade política ou Estado”, e que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a de “domínio direto” ou de mando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 2001, pp. 20-21).

O trecho em destaque apresenta alguns dos conceitos mais recorrentes na obra de Gramsci, como “sociedade civil”, “sociedade política” e “hegemonia”, os quais procuraremos elucidar de modo mais detido. Todavia, tais distinções, especialmente entre Estado e sociedade civil, segundo o historiador Guido Liguori, são apenas de natureza metodológica e não orgânica, visto que não existe “uma separação rígida entre economia, política e sociedade. Estado e sociedade não são realidades autônomas” (LIGUORI, 2006, p. 5), sendo o Estado compreendido “em seu sentido orgânico e mais amplo como o conjunto formado

pela sociedade política e sociedade civil [Estado integral]” (BIANCHI, 2008, p. 176).

O conceito de sociedade política no texto gramsciano é bastante claro: trata-se do “Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente” (BIANCHI, 2008, pp. 177-178).

Embora Gramsci compreenda as dimensões coercitivas do exercício político, não reduz a política ao mero exercício da coação. O pensador sardo realizou um diálogo crítico com os estudos de Marx, Engels e Lênin. Se, nestes autores, há a indicação de que a máquina estatal caracterizar-se-ia, sumariamente, pelo conjunto de seus aparelhos repressivos, Gramsci, ao lidar com uma realidade na qual a complexidade do fenômeno estatal se apresentava a partir de novos contornos (crescimento dos partidos de massa e sindicatos, ampliação do sufrágio universal, etc.), desenvolve perspectivas que aprofundam e ampliam o entendimento daquele conceito histórico (COUTINHO, 1992; LIGUORI, 2006; FONTES, 2010).

É o caso do conceito dialético de ‘sociedade civil’. As definições mais correntes, encontradas nos Cadernos, mostram-na como o conjunto de organismos materiais vulgarmente chamados “privados”, ou “aparelhos privados de hegemonia” (igrejas, partidos, sindicatos, escolas, imprensa etc.), os quais desempenham relevantíssimo papel nas disputas e lutas pela hegemonia. A função de tais aparelhos é “articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes. Esse conjunto de organismos, entretanto, não é socialmente indiferenciado” (BIANCHI, 2008, p. 179).

Embora estejamos cientes de que a Internet seja detentora de características que a diferenciam dos meios e veículos de

comunicação mais tradicionais, cremos ser relevante colocá-la à luz dos debates que lidam com o Estado ampliado em Gramsci, e também com as transformações da política e dos processos democráticos na “sociedade em rede”, bem como “as consequências diretas das novas tecnologias da informação no debate político e nas estratégias de busca de poder” (CASTELLS, 1999, p. 366). Castells sustenta que o

uso compartilhado da tecnologia propicia a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações sociais, culturais e políticas [...], afetam profundamente a essência da política. O ponto principal dessa questão é que a mídia eletrônica (não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder (IBIDEM, p. 367).

Esboçadas as noções de anticomunismo, de imprensa (enquanto aparelho privado de hegemonia), bem como das peculiaridades inerentes à Internet, dirigir-nos-emos para a análise comparativa de certas construções textuais e imagéticas que, embora separadas pelas areias do tempo, apresentam similaridades temáticas relevantes, que as unem em torno do projeto de combate ao “perigo vermelho”.

Iremos realizar uma operação que objetiva analisar certas manifestações do tempo presente, articulando-as, por mediação de similaridades, a algumas expressões imersas em uma temporalidade histórica mais recuada. Segundo Enrique Padrós, ao sermos confrontados por um cenário no qual o conhecimento científico deve lidar com uma sociedade perpassada pela aceleração histórica sem precedentes e pelo alastramento consumista

sustentado pela lógica do mercado, a história do tempo presente expressa algumas possibilidades para a constituição de novos campos de análise e intervenção (PADRÓS, 2004, p. 202). Além disso:

Em síntese, a originalidade da abordagem do presente está situada no fato de poder captar a atualidade, a novidade, a irrupção e a emergência de tendências, assim como as possibilidades de estabelecer as conexões – as “pontes” – que a interligam com o passado (evidenciando a vigência da perspectiva processual da história). Por outro lado, não há diferença concreta alguma quanto às operações básicas que realiza o historiador que trabalha com períodos mais distantes (IDEM, p. 204).

As referidas “pontes” serão construídas por meio de dois textos e duas charges, as quais lidavam (lidam), respectivamente, com os seguintes temas: aproximações entre o comunismo e o nazismo (“Só a união dos homens livres garantirá a paz”, veiculado pelo jornal *A Tarde* [Ribeirão Preto/SP] em 26 de setembro de 1952; “[O ‘argumento’ de que comunismo e nazismo são opostos porque brigaram é pueril: irmãos também brigam!](#)”, de Rodrigo Constantino em 15 de agosto de 2017 e disponível na página da *Gazeta do Povo*) e rotulação pejorativa de lideranças políticas enquanto adeptas do comunismo (charge “Papai Noel Vermelho”, de dezembro de 1961, e “Comunistas sem fronteiras”, de julho de 2015).

Partamos, primeiramente, das análises textuais. Abaixo, transcrevemos trechos de “Só a união dos homens livres garantirá a paz”, de 1952, e “O ‘argumento’ de que comunismo e nazismo são opostos porque brigaram é pueril: irmãos também brigam!”, de 2017, respectivamente:

**Texto 01:** Um jornalista de profunda convicção ocidentalista,

isto é, de que as ameaças totalitárias põem em grave perigo o sistema de vida do mundo ocidental, rebuscou fotografias para fazer uma comparação entre Hitler, e o perigo que passou, e Stalin, “o perigo que permanece”.

Seu objetivo com tal comparação é demonstrar que os dois líderes – o nazista e o vermelho – que chegaram a concluir tratados entre si – sem a menor intenção de respeitá-los, assemelharam-se nos seus métodos e na sua muito particular doutrina de que todos os meios são bons para chegar-se ao fim desejado, até mesmo o não cumprimento dos tratados, o falhar à palavra empenhada. Depois de semelhante introdução, prossegue o jornalista:

[...] A espionagem, a violência e o cárcere foram usados, com certa uniformidade, por ambos, na Alemanha de Hitler e na Rússia Soviética.

Na Alemanha de Hitler, os cidadãos de origem judaica foram arrancados de seus lares e de seus entes queridos e arremessados aos horrores dos campos de concentração. O povo de grande coração da Rússia Soviética estava já familiarizado com o frio arame farpado dos campos de trabalhos forçados. O indivíduo, para os dois ditadores, não é nada: o Estado é tudo. [...] As solenes palavras dos ditadores nada valem. Desde o fim da segunda Guerra Mundial, a União Soviética, sob a chefia suprema de Stalin, tem irradiado palavras de ‘PAZ’ e criado dissensões (sic) em todo o mundo. Berlim, Grécia e Coreia testemunham a dupla personalidade dos homens do Kremlin.

Unicamente a união dos homens livres e o reforçamento de uma resoluta segurança coletiva podem trazer aos povos livres que por ela estão trabalhando e lutando e que não é a ‘paz’ de que fala Stalin” (A

Tarde, 26 de setembro de 1952).

**Texto 02:** Guga Chacra parece crer que o nazismo era de direita porque lutou contra o comunismo. Se for essa a “lógica”, então comunismo também não é comunismo ou não é de esquerda, já que comunistas brigaram entre si. Primos e irmãos também brigam! Esse “argumento” é muito fraco...

Vemos hoje xiitas e sunitas se matando no Iraque: isso quer dizer que ambos deixaram de ser islâmicos? Os maiores assassinos de comunistas foram... comunistas, assim como os maiores assassinos de muçulmanos são... muçulmanos.

O simples fato de um grupo brigar com outro não quer dizer absolutamente nada! O PCC e o CV disputam território e por isso vivem em guerra, quando algum tipo de trégua não é possível. Trégua que os comunistas e os nazistas, aliás, chegaram a assinar, no pacto Molotov-Ribbentrop. O erro infantil de Guga é, infelizmente, muito comum em toda a esquerda. [...] Para quem ainda tem dúvidas sobre a ligação direta entre comunistas e nazistas, seguem duas passagens reveladoras, pinçadas por Diego Costa, da Fundação Indigo:

*“O que nos liga ao bolchevismo é maior do que o que nos separa dele. Existe, acima de tudo, um sentimento genuíno e revolucionário, que está vivo em toda a Rússia, exceto onde existem marxistas judeus. Sempre fiz provisões a favor dessas circunstâncias e dei ordens para que ex-comunistas sejam admitidos ao partido de uma só vez. O social-democrata, pequeno burguês e o chefe sindical nunca se tornarão nacional-socialistas, mas os comunistas sempre se tornam”- Adolph Hitler (Hermann Rauschnig, Hitler Speaks.)*

*“Em toda a Europa Oriental ocupada pelos soviéticos, a maioria dos ex-membros do partido fascista, juntamente com muitos líderes de nível inferior, foram bem-vindos para preencher as fileiras dos partidos*

*comunistas locais inicialmente exigentes. A transição psicológica parece ter sido fácil, por razões óbvias.” – Joseph Stalin (Stanley Payne, A History of Fascism: 1914-1945)*

Como fica claro, tanto nazismo como comunismo disputavam e disputam o mesmo tipo de alma, um perfil autoritário, totalitário, antiliberal e violento, que está disposto a eliminar todos os obstáculos – inclusive pessoas – no caminho de sua utopia. É apenas natural que ideologias nefastas assim se encontrem em lados opostos eventualmente, quando seus projetos recíprocos de poder se esbarram sem espaço para todos [...] Os fanáticos são bem parecidos, sejam comunistas, nazistas, fascistas ou fundamentalistas islâmicos. Contra todos eles estão os liberais e conservadores de direita (*Gazeta do Povo*, 15 de agosto de 2017).

Embora invistam em recursos discursivos distintos, ambos os textos trazem consigo a finalidade explícita de enaltecer os traços de confluência que tornariam o nazismo e o comunismo regimes inexoravelmente próximos.

Para tanto, utilizaram alguns recursos similares, como: **a) a necessidade de constante vigilância e criação de frentes combativas** (no primeiro texto: “o perigo que permanece”; “unicamente a união dos homens livres e o reforçamento de uma resoluta segurança coletiva podem trazer aos povos livres que por ela estão trabalhando e lutando e que não é a ‘paz’ de que fala Stalin”; no segundo: “os fanáticos são bem parecidos, sejam comunistas, nazistas, fascistas ou fundamentalistas islâmicos. Contra todos eles estão os liberais e conservadores de direita”); **b) a brutalidade das razões de Estado** (no primeiro texto: “assemelharam-se nos seus métodos e na sua muito particular doutrina de que todos os meios são bons para chegar-se ao fim desejado”; no segundo: “disposto a eliminar todos os obstáculos – inclusive pessoas – no caminho de sua utopia”) e **c)**

a adequação dos dois regimes sob a égide do totalitarismo (no primeiro texto: “ameaças totalitárias põem em grave perigo o sistema de vida do mundo ocidental”; no segundo: “tanto nazismo como comunismo disputavam e disputam o mesmo tipo de alma, um perfil autoritário, totalitário, antiliberal e violento”).

Atentemo-nos ao uso do conceito “totalitarismo”. De acordo com Robert O. Paxton, o termo *totalitário* foi cunhado em 1923 por Giovanni Amendola, líder da oposição parlamentar italiana, por meio de um artigo no qual denunciava as tentativas fascistas de monopolização dos cargos públicos. O termo “totalitarismo” passou a ser mais popularizado a partir dos anos 1950, pela mediação de teóricos como Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski, os quais consideravam que tanto a Alemanha nazista quanto a Rússia soviética possuíam traços inequívocos de proximidade (PAXTON, 2007, p. 346) – embora, durante os anos 1960, tais teóricos tenham sido acusados de servirem aos interesses anticomunistas da Guerra Fria.

Todavia, concentrar o foco nas técnicas de controle pode resultar no obscurecimento de certas diferenças relevantes entre ambos. Para Bertone Sousa, havia discrepâncias explícitas entre as ideologias soviética (concepção da história pelo viés econômico da luta de classes) e nazista (viés biológico da luta de raças) (SOUSA, 2016, p. 145), visão corroborada por Paxton, para quem o hitlerismo e o stalinismo diferiam em termos de objetivos declarados: “para um, a supremacia da raça-mestra; para o outro, a igualdade universal” (PAXTON, 2007, p. 348)

Dirijamo-nos, então, rumo às charges “Papai Noel ‘Vermelho’, de 1961, e “Comunistas sem fronteiras”, de 2015:



preparou-se para restringir as demandas populares e reprimir os interesses tradicionais pela imposição de meios extrapolíticos. Os interesses multinacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que, no fim, tanto subverteria a ordem política populista quanto conteria as aspirações nacional-reformistas (DREIFUSS, 1981, p. 130).

Para além da charge e da conjuntura na qual foi produzida, é pertinente mencionar que a justificativa da direita para a derrubada do governo vigente em 1964 (corroborada, hoje, por parte da historiografia acadêmica revisionista) seria a de um suposto golpe do próprio Goulart, articulado juntamente com os comunistas e a URSS. “Como ironizou um crítico arguto, nem mesmo um plano falso, como o mal afamado ‘Plano Cohen’, foi apresentado até hoje por aqueles que efetivamente deram um golpe em 1964” (TOLEDO, 2004, p. 37 apud MELO, 2013, p. 61). Para Gilberto Calil, o golpe de 1964 não foi fruto de uma reação improvisada e espontânea contra as pressões proletárias e o processo em curso sob o governo Goulart, mas sim a ascensão de um projeto de “transformação do sistema político e a conformação de um novo regime, em termos adequados aos objetivos mais amplos de reconfiguração do capitalismo brasileiro” (CALIL, 2014, p. 105).

Quanto à segunda charge, é preciso que retomemos não apenas parte da trajetória da figura retratada (Lula), mas também do partido que o acompanha (PT). Para Eurelino Coelho, parte do percurso do PT pode ser compreendido por intermédio do conceito gramsciano de “transformismo”. A revolução burguesa no Brasil, durante o período de 1979 a 1998, já havia completado as etapas de conquista do controle dos mecanismos de poder nas sociedades política e civil. A classe dominante buscava, nesta conjuntura, recompor as formas de

hegemonia diante de um cenário de crise posterior ao período ditatorial. “Foi precisamente neste trabalho de construção/reconstrução de hegemonia que o transformismo desempenhou função crucial” (COELHO, 2012, p. 301). O transformismo petista deu-se, em grande medida, por meio da dissolução dos vínculos organizados com a classe trabalhadora, visto que, com seu novo projeto político, “a esquerda colocou-se no terreno da concepção burguesa de mundo, isto é, passou a atuar, na prática, como intelectual, ou elemento ativo, da classe dominante” (IBIDEM, p. 302).

Tais mudanças foram decorrentes não apenas do “esvaziamento das instâncias partidárias coletivas, constatação recorrente nos documentos internos do PT ao longo da década de 1990”, mas também da reconciliação com o mercado e a propriedade privada, “facetas mais evidentes dos elos de pertencimento dos projetos da esquerda nova ao campo burguês da luta de classes. [...] A disputa estratégica passou a ser *qual capitalismo*, e não mais *capitalismo ou socialismo*” (IBIDEM, pp. 314-318; DIAS, 2006).

Mesmo diante de tal cenário, as eleições de 2010 foram caracterizadas por uma grande profusão de discursos de ódio contra grupos sociais historicamente excluídos, “ou no levantamento da tese absolutamente irreal de que o governo do PT possui algum viés ‘anticapitalista’ – ‘bolivariano’ e agora, pasmem, ‘comunista!’” (MELO, 2016, p. 71). Ainda para o autor:

Só mesmo a ignorância em relação à história do PT, ou simples má-fé, podem explicar a crença de que em alguma época o PT possa ter sido “bolchevique”, epíteto que sempre foi usado de forma pejorativa pelo histórico grupo dirigente do PT – liderado por José Dirceu, diga-se de passagem – para provocar e desqualificar a minoria mais à esquerda do partido. Contudo, até recentemente a acusação de

“bolchevismo” era mais metafórica, pois só mesmo um distraído para acreditar que um governo que abriu as portas do Estado brasileiro para o agronegócio, que sempre garantiu boas condições para os rentistas e que promove o interesse dos grandes grupos econômicos brasileiros no exterior possa ter algo que lhe permita ser caracterizado como “socialista” (IBIDEM, p. 72).

É possível concluir, mesmo que de maneira parcial, que algumas estratégias de combate ao “perigo vermelho” apresentam visíveis linhas de continuidade ao longo do processo histórico. Tais emersões encontram, geralmente, campo fértil para difusão em conjunturas de crises ou distensões político-ideológicas.

Todavia, uma ressalva precisa ser feita, naquilo que tange às diferenças entre as fontes analisadas: as manifestações do anticomunismo em meados do século XX eram oriundas de polos emissores que detinham certa notoriedade diante da sociedade civil, como era o caso da imprensa e certas associações classistas. O cenário que nos é apresentado no século XXI, muito mais fragmentado e heterogêneo, carrega consigo a peculiaridade das múltiplas vozes autorais, que se multiplicam e difundem suas “ideias” no aparentemente democrático ambiente virtual. Em tempos de “hiperinformação”, imediatismo e “pós-verdade”, compete ao historiador compreender as interdições (mas também as possibilidades) que tal panorama apresenta, e adotar firmes posturas de crítica e engajamento contra os malabarismos retóricos que nos bombardeiam de modo cada vez mais incessante.

## Referências

- BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci:** filosofia, história, política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política.** Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

- CALIL, Gilberto Grassi. **O revisionismo sobre a ditadura brasileira:** a obra de Elio Gaspari. *Ségle XX: Revista Catalana d'Història* 7, pp. 99-126, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade – a era da informação: economia, sociedade e cultura.** Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, p. 1999.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital:** o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira:** embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere,** volume 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere,** volume 3. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LIGUORI, Guido. **Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci.** *Revista Novos Rumos*, ano 21, nº 46, 2006.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese (Doutorado), IEL/UNICAMP, Campinas: 1996.
- MELO, Demian Bezerra de. **O golpe de 1964 e meio século de controvérsias:** o estado atual da questão. In. MELO, DemianBezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Revisão e revisionismo historiográfico:** os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo – Revista do NIEP – Marx**, v.1, n.1, pp. 49-74, 2013.
- \_\_\_\_\_. **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2016.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
- PADRÓS, Enrique Serra. **Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a**

**perspectiva do Tempo Presente.** Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 190- 223, jan./dez. 2004.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações:** norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Tese (Doutorado), História, Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha:** imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Nazismo, Socialismo e as políticas de direita e esquerda na primeira metade do século XX.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS. Vol. 7, nº 14, pp. 141-163, 2016.